

A ATUAÇÃO DOS EMPRESÁRIOS DA EDUCAÇÃO DURANTE A DITADURA MILITAR (1964-1985).

ALEXANDRE TAVARES DO NASCIMENTO LIRA *

A partir da Lei Sindical de 1939, o Sindicato dos Proprietários de Estabelecimento de Instrução do Distrito Federal passou a abranger todo o país, transformando-se no Sindicato Nacional dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário, com sede no município do Rio de Janeiro e delegacias em outros estados. Em 1944 foi realizado o Congresso Nacional de Estabelecimentos de Ensino, com o objetivo de criar uma federação de instituições de ensino privado. Com a criação da federação, segundo a legislação sindical, as antigas delegacias foram obrigadas a se transformar em associações. Uma das primeiras a se organizar foi a Associação dos Estabelecimentos de ensino Secundário, Comercial, Industrial, Normal e Primário do Estado do Rio de Janeiro, no dia 2 de julho de 1944, na cidade de Niterói. Nesta reunião compareceram representantes de vários municípios, adotaram um estatuto similar ao do sindicato nacional, instituíram contribuições mensais dos associados e por fim, os empresários elegeram uma diretoria encabeçada por Francisco Bittencourt Silva.

A Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (FENEN) foi fundada em 1944, por donos de escolas do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, como entidade máxima e única, em nível nacional, de representação sindical do ensino particular brasileiro acima das federações e sindicatos de âmbito regional. A FENEN foi reconhecida em 12 de março de 1948, tendo como sede a cidade do Rio de Janeiro.¹

Na mesma época de criação da FENEM, os interesses confessionais atuaram na criação da AEC do Brasil para se constituir na entidade civil de articulação das escolas

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq - Brasil.

¹ Os sindicatos fundadores da entidade foram: o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Rio de Janeiro, Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Comercial, do Rio de Janeiro, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Pernambuco, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado da Bahia, os Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Técnico Profissional, no Estado do Ceará, Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino Secundário no Estado de São Paulo, Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino Comercial no Estado de São Paulo, Sindicatos dos Estabelecimentos de Ensino Secundário, Primário e Comercial, no Estado de Minas Gerais. A partir de 1990, a federação se transformou em CONFENEN.

católicas, A FENEM e a AEC atuaram decisivamente no debate da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n.º 4024/1961, assim como na Lei n.º 5692/1971 e na Reforma Universitária.

Entretanto, a atividade da Igreja Católica foi decisiva para conformação do *lobby* favorável aos interesses privados na educação em seus vários níveis. Mesmo após a multiplicação dos estabelecimentos privados de ensino, os católicos conservaram uma participação considerável no comando de uma rede de escolas de ensino médio e de universidades, constituindo-se como um poderoso grupo de pressão sobre as decisões acerca da política educacional.

A Associação de Educação Católica (AEC) desempenhou um papel fundamental no perfil privatista da Lei n.º 4024/1961 e continuou a ser uma agência importante de organização dos interesses confessionais no ensino durante a ditadura militar, participando na elaboração das leis e políticas públicas. A AEC teve, neste período, o Padre José Vasconcelos como uma das suas lideranças mais expressivas.

A representação sindical do Rio de Janeiro foi decisiva na história da representação dos empresários de ensino. Em 23 de março de 1949, a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário no Estado do Rio de Janeiro recebeu a carta sindical do ministro do Trabalho Honório Monteiro, passando a se chamar Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário no Estado do Rio de Janeiro passando a se denominar Sindicato de Estabelecimentos Particulares de Ensino do Rio de Janeiro (SINEPE/RJ).

Os empresários no Rio de Janeiro atuaram decisivamente na articulação, organização e defesa dos seus interesses, exercendo um papel efetivo como formulador do pensamento privatista e organizador da ação dos empresários de ensino frente ao governo. Em linhas gerais, suas posições representavam a opinião majoritária dos donos de escola em nível nacional.

Em larga medida as posições dos diretores se transformaram em atos ministeriais ou em pareceres dos conselhos de educação. Os donos de estabelecimentos particulares de ensino representados pelo sindicato se opuseram ao governo de João Goulart, apoiaram o golpe militar e a implantação da ditadura. Os diretores apoiaram o silêncio imposto aos movimentos sociais, em particular a repressão ao movimento estudantil que

protestava contra o aumento das anuidades escolares, como demonstram os debates registrados nos anais das reuniões sindicais.

As escolas particulares travaram ao longo dos anos cinquenta uma luta contra o tabelamento das anuidades escolares. O conflito com o governo de João Goulart se acirrou com diversos ataques dos donos de escolas contra autoridades públicas responsáveis pela educação em diversos pontos do país. A conjuntura que antecedeu o golpe militar foi marcada por um processo violento de lutas entre donos de escolas, pais de alunos e estudantes.

No final de 1963, o SINEPE/RJ orientou as escolas a praticar a indexação do aumento das anuidades de 1964 ao custo de vida como forma de evitar os conflitos com os pais e estudantes. Este índice também deveria ser praticado como referência para o reajuste dos professores de março de 1964 a fevereiro de 1965. O debate ocorrido no interior no sindicato demonstrou que a representação sindical foi utilizada pelos donos de escolas para defender seus interesses econômicos e organizar uma ação conjunta contra os pais de alunos, através dos aumentos das mensalidades escolares para o ano de 1964.

Os donos de escolas negociavam o pagamento das bolsas de estudo em parcelas e o processo de cessão de bolsas para o ano seguinte. Em reunião da FENEM realizada em Niterói, em novembro de 1963, os diretores sugeriram que a notícia fosse dada simultaneamente por todos os colégios, “mostrando unidade da categoria e evitando que os responsáveis tivessem tempo para procurar escolas gratuitas ou mais baratas para seus filhos”. (OLIVEIRA 2002:90)

As instituições particulares continuaram insatisfeitas, pois no início de 1964 não haviam sido repassadas as bolsas da fundação Nacional do Ensino Secundário. Além deste fato, as anuidades escolares se encontravam congeladas por decreto presidencial.

Em resposta a um acordo entre a FENEM e a Diretoria Nacional de Ensino Secundário do MEC, o SINEPE publicou uma nota oficial solicitando os estabelecimentos em manter os mesmos valores de 1963, esperando os encaminhamentos de uma comissão responsável por discutir o tema. Em 21 de fevereiro a comissão aprovou, por unanimidade, um aumento de 100% das anuidades para 1964.

Neste mês, João Borges de Moraes representante da Inspetoria Seccional de Niterói, solicitou atenção na matrícula de bolsistas, pois a dualidade de bolsas havia sido principal motivo para o problema do repasse das bolsas pelo governo.

Na assembléia de 11 de março de 1964, o presidente Plínio Leite acusou João Borges de agir de forma desleal e subversiva por propor a inclusão de líderes dos trabalhadores na comissão das anuidades escolares. Plínio Leite também advertiu que não foi lavrada a ata de reunião das anuidades, quando foi aprovado o aumento de 100%, por fim a “assembléia formalizou um ato de protesto contra Moraes, que teria apoiado oficialmente a greve estudantil, recém declarada, através de empréstimo de veículo oficial aos alunos. Numa contra-ofensiva, ficou determinado o funcionamento das escolas mesmo com a greve”. (OLIVEIRA 2002:90)

Em 15 de março os donos de escolas foram recebidos no Palácio do Ingá para solicitar providências capazes de pôr fim à greve dos estudantes. Sem resultado efetivo, os representantes das escolas voltaram para a sede do sindicato, onde prosseguiu a assembléia em meio a grande agitação, “terminando com o apelo para que a classe continuasse unida e atenta para qualquer convocação de emergência.” (Idem).

Na reunião do dia 18 de março Plínio Leite voltou a acusar João Borges de deslealdade com os donos de escola na segunda reunião da Comissão de Anuidades Escolares, “os diretores decidiram por uma atuação mais incisiva contra as inspetorias Seccionais de Niterói e Campos, ambas inteiramente comprometidas com a agitação nitidamente comunista que lavrava nos meios estudantis prestigiados e apoiados pelos referidos Inspetores Seccionais”. (OLIVEIRA 2002:92)

Logo em 2 de abril, o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Secundário e Primário do Estado do Rio de Janeiro iniciou os trabalhos em uma nova reunião, “em meio a grande jubilo pela vitória da revolução, para tomar as seguintes resoluções: indicar ao governador do Estado três nomes para, entre eles, ser escolhido o futuro secretário da Educação e Cultura e comunicar ao novo Ministro da Educação a necessidade de substituição dos Inspetores Seccionais do Ensino Secundário em Campos e Niterói, “o primeiro por ser comunista e o segundo por ter se acumpliciado aos comunistas no descrédito da escola particular.” (Idem)

A mesma comunicação foi feita ao Comando Militar de Niterói e ao deputado Carlos Alberto Werneck, presidente da FENEM. Os donos de escolas articulavam-se em

torno do governo ditatorial e mantinham relações estreitas com os militares em torno do anticomunismo. Entretanto, na realidade os donos de escola buscavam na ditadura uma forma de vencer seus conflitos com os estudantes e avançar na expansão do ensino privado. Neste sentido, suas pretensões políticas estiveram estritamente relacionadas com a defesa de seus interesses empresariais.

Em maio, o Sindicato dos donos de escolas enviou um telegrama ao MEC reforçando suas pretensões:

Em nome dos educadores fluminenses congratulamo-nos com vossencia investidura, certo que Ministério será totalmente sanado da nefasta contaminação comunista a serviço da subversão ideológica de nossa mocidade. Meios educacionais do Estado do Rio de Janeiro necessitam toda urgência serem libertados do jugo nocivo do Inspetor Seccional de Campos Tarcísio Tupinambá Gomes comunista perigoso e o de Niterói João Borges de Moraes, (...) e que outra coisa não fez senão acomodar à orientação comunista de seu chefe o Diretor do Ensino Secundário Lauro de Oliveira Lima. Tarcísio Tupinambá Gomes e João Borges de Moraes data vênha não podem permanecer em seus cargos, pois representam ameaça e perigo iminente para a escola brasileira já agora devolvida ao ambiente democrático e cristão. (OLIVEIRA 2002:93)

Em nível nacional, a FENEM indicou o nome de Carlos Pasquale para o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, a recondução de Gildásio Amado à diretoria do Ensino Secundário e a manutenção de Lafayette Garcia e Armando Hildebrand nas Diretorias de Ensino Comercial e Industrial, respectivamente. Os esforços das escolas fluminenses em afastar Borges de Moraes da Inspeção Seccional de Niterói resultou na nomeação de Fausto Moreira, apresentado aos estabelecimentos filiados em assembléia 12 de junho.

Os donos de escolas se sentiam satisfeitos com a supressão dos conflitos sociais. No ano de 1965, temos como registro significativo “a congratulação que o sindicato fez ao Secretário Estadual de Educação e Cultura pela concessão de verbas na ordem de U\$7,5 bilhões para bolsas de estudos, cifra mais que expressiva.” (FERREIRA, OLIVEIRA, 1999: 45).

Entretanto, os donos de escolas se posicionaram tenazmente contra o controle governamental dos valores das mensalidades escolares. Esta questão do tabelamento das

anuidades estava inserida dentro do esforço de controle inflacionário levando o governo a estipular um índice de reajuste.

Os donos de escolas ficaram inconformados com essa ação, que julgavam restritiva à liberdade das escolas. Em 1966, o SINEPE recorreu à “Federação de Escolas Particulares para a cessação da intervenção mediante a via judicial”. (FERREIRA, OLIVEIRA, 1999: 45).

No ano seguinte as questões financeiras dominaram a pauta dos debates sindicais. Os associados e a diretoria buscavam fórmulas para garantir os lucros financeiros das escolas. Neste ano começou a ser cobrado o ISS das escolas, fato que gerou protestos dos empresários. Para ampliar seu poder para enfrentar as questões trabalhistas, os donos de escolas passaram a estimular a utilização dos Conselhos para a defesa dos seus interesses, na medida em que estas instâncias passaram a ter poderes que antes estavam concentradas no Ministério da Educação. Neste sentido, concentraram sua atuação na ampliação dos mecanismos de financiamento e de isenção tributária.

Assim, foi constituído um sistema de manutenção do ensino privado mediante recursos do salário-educação para a iniciativa privada, e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). A questão tributária foi consolidada com a manutenção na Constituição de 1967, que os estados e municípios estavam vedados de cobrar imposto sobre o patrimônio, a renda ou os serviços dos estabelecimentos de ensino.

A crise do milagre veio a comprometer a prosperidade dos donos de escolas, que enfrentaram a redução nos valores das bolsas de estudo e contenção dos aumentos das mensalidades pelo governo. A extensão da escolaridade obrigatória para oito anos e a profissionalização compulsória, que foram introduzidas pela Lei n.º 5692/1971 obrigaram a uma relativa elevação de gastos por parte das escolas particulares.

Os donos de estabelecimentos de ensino conseguiram produzir a multiplicação de estabelecimentos particulares através de recursos como o controle sobre as secretarias e conselhos de educação. Este foi um dos expedientes que

(...) propiciou ao ensino privado a contenção da implantação da reforma do 1.º grau no sistema público, o que limitou a concorrência destas na escolarização, continuando o setor a se beneficiar da destinação de bolsas de estudo. Posteriormente, o decreto n.º 72.495, de julho de 1973, possibilitou o amparo técnico e financeiro às entidades particulares mediante recursos do

FNDE e pela política de não duplicação de esforços, isto é da não criação de estabelecimentos públicos nos locais em que a escola particular tivesse absorvido a demanda efetiva: caso isso não tivesse acontecido, abrir-se-ia a possibilidade com a oferta de bolsas para alunos carentes. (OLIVEIRA 2002:97)

Em 1971, ocorreu o XII Congresso Nacional de Estabelecimentos de Ensino Particular. Neste ano, o tema dominante foi à questão das anuidades. Neste ano, o CIP (Conselho Interministerial de Preços) determinou o limite de 20 % de aumento nos valores. Este fato provocou reclamações dos empresários. Os empresários protestaram contra qualquer forma de controle das mensalidades e o presidente do sindicato chegou a “falar em situação vexatória para as escolas, em regime policialesco”. (FERREIRA, OLIVEIRA, 1999: 47)

Nesta época os debates sindicais expressavam as dificuldades encontradas pelo setor no que diz respeito à implementação das modificações exigidas com a Lei n.º 5692/1971 e o problema de escassez de docentes qualificados para atuar nas instituições privadas. A falta de professores se tornou um problema grave. Os empresários procuraram improvisar uma solução. Em março de 1971, por exemplo, “foi tema de considerações de reunião de diretoria do SINEPE a proposta do Conselho Estadual de Educação do aproveitamento de estudantes das 3.^a e 4.^a séries das faculdades para ministrar aulas no ensino secundário.” (FERREIRA, OLIVEIRA, 1999: 47-48)

Com o fechamento do regime, a atuação dos sindicatos oficiais passou a ter um papel secundário no âmbito das ações empresariais para a sua organização e defesa dos seus interesses específicos. Os empresários passaram a atuar diretamente no interior dos conselhos de educação que passaram a funcionar como câmaras sindicais e corporativas a serviço dos interesses privados. Os empresários pressionavam diretamente os governos executivos para a obtenção de vantagens e privilégios. Nos anos de endurecimento do regime e no período de abertura lenta e gradual, os empresários procuraram consolidar seus interesses econômicos e suas estruturas sindicais e representativas.

Os setores confessionais procuravam participar do núcleo de decisões e controle do Conselho Federal de Educação. O Padre José Vasconcelos participou ativamente da formulação do projeto que resultou na Lei n.º 5692/1971. Na presidência da AEC, Vasconcelos identificou as prioridades para o ensino católico, através de escolas

profissionais e técnicas, escolas de preparação de mestres e institutos de investigação científica; e prioridade no campo do apostolado, englobando alunos de escolas não-católicas.

No evento que elegeu o Padre Vasconcelos pelo sexto ano a frente da AEC, o padre Corbeil representante da AEC-SP avaliou que a nova lei a reforma do ensino de 1.º e 2.º graus foi “um grande passo a frente na educação brasileira, proporcionando a democratização do ensino, principalmente com os 8 anos do primário.” O Padre Ercinhenings da AEC-MG “avaliou que a nova lei atende ao mercado de trabalho regional e dá liberdade de adaptações curriculares para cada região.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 1971:11)

A tática dos empresários de ensino foi marcada pela aproximação dos núcleos de poder decisório procurando auxílio econômico e vantagens, através do Memorial apresentado por Virni Ramos os empresários reivindicaram maior assistência financeira do MEC às universidades particulares de todo do país e entregaram ao Ministro Jarbas Passarinho. O Memorial apresentado presidente da Associação das Universidades do Rio Grande do Sul, reitor se baseou no argumento de que o custo de um aluno que estudava na rede oficial era bem mais caro que nas privadas, por exemplo, na Faculdade de Medicina um aluno custava em média vinte e cinco mil cruzeiros enquanto na particular o custo poderia sair até por sete mil cruzeiros. (ESTADO DE SÃO PAULO, 1971:10).

O resultado desta política foi o fortalecimento econômico dos empresários do ensino e da exploração capitalista no processo de mercantilização da educação formal. Durante o período de fechamento da ditadura, empresários que exploravam a escola particular expandiram seus negócios e passaram a estar à frente de grandes universidades. No Rio de Janeiro, por exemplo, as Faculdades Gama Filho puderam reunir um corpo de estudantes cada vez maior. Deste modo, Gama Filho foi ampliando seu conjunto de faculdades, expansão que também se baseou na cobrança de altas mensalidades de alunos provenientes da pequena-burguesia e de setores do proletariado moradores do subúrbio. Com a crise de carência de vagas nas universidades públicas e a política educacional adotada pela ditadura os empreendimentos de Gama Filho

prosperaram. Nos últimos anos dedicou-se a expansão da Universidade Gama Filho reconhecida pelo Conselho Federal de Educação em 1977.²

As Faculdades Integradas Estácio de Sá surgiram no auge da ditadura. A companhia foi fundada em 1970, por João Uchôa Cavalcanti Netto, numa pequena casa na Zona Norte do Rio de Janeiro, no bairro do Rio Comprido, com a abertura de um curso de Direito e em 1972, se transformou em Faculdades Integradas Estácio de Sá com a incorporação de novos cursos superiores. A instituição se fortaleceu ao longo durante o período da ditadura e se tornou universidade em 1988. Daí em diante iniciou um processo de expansão iniciado com a inauguração de um campus na Barra da Tijuca. E, em 1998, estendeu a expansão em nível nacional, criando unidades em São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul, Bahia, Pernambuco, Pará e Ceará. Atualmente tem cerca de “200 mil alunos para as suas 78 unidades hoje espalhadas por todo o Brasil e até mesmo na América Latina.” (ESTÁCIO, 2009).

Um dos maiores empresários do ensino que se consolidaram neste contexto foi João Carlos Di Genio. O empresário começou como professor de Física no Curso Preparatório 9 de Julho enquanto cursava medicina na USP. Em 1965, João Carlos Di Genio e Dráuzio Varella, Roger Patti e Tadasi Itto fundaram um curso preparatório para as faculdades de Medicina, no centro de São Paulo. Em 1970, foi criado o Colégio Objetivo, com currículo de Ensino Médio e em 1971, Colégio Integrado Objetivo. Em 1972, Di Genio fundou as Faculdades Objetivo. Em 1974, ampliou os negócios através do Colégio Objetivo Júnior, abrangendo a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Em 1982, foi criado o Centro de Pesquisa e Tecnologia Objetivo (CPT). (OBJETIVO, 2010).³

² Luís Filipe Maigre de Oliveira Ferreira da Gama, conhecido como Gama Filho, foi almoxarife e dono da rede de Restaurantes Automáticos. Comprou o Colégio Piedade em 1939 e em 1947, elegeu-se deputado. Em 1960, com a transferência da capital tornou-se presidente do Tribunal de Contas da Guanabara e nomeado pelo presidente Getúlio Vargas para integrar o Tribunal de Contas do Distrito Federal. A biografia do dono das Faculdades Gama Filho demonstra a eminência deste agente e a atuação simultânea na sociedade civil e no Estado

³ As oposições afirmavam que Di Genio participou com o empresário da Ultragás, Henning Albert Boilesen e com outros representantes de grandes corporações empresariais, do financiamento da Operação Bandeirante (OBAN) que foi oficializada em junho de 1969. A organização paramilitar foi um centro de informações, investigações e de tortura que liderou as ações dos órgãos de combate às organizações de esquerda. A OBAN teve uma atuação decisiva na perseguição aos professores universitários.

Durante os anos de 1970, a representação sindical se transformou decisivamente, na medida em que os sindicatos e associações patronais passaram a contar com um sólido aparato administrativo que foi se fortalecendo progressivamente ao longo de toda a década. Em entrevista concedida em 4 de janeiro de 1999, o contador do SINEPE, Rujamar Martins afirmou que as reuniões foram ficando mais escassas, entretanto durante a ditadura militar o sindicato passou a ocupar um endereço fixo.

Até então, o sindicato era uma máquina de escrever e uma mesa, que acompanhavam os presidentes nas suas escolas. Com a mudança da administração para o meu escritório, como determinou a diretoria, pode-se dizer que a entidade renasceu com um endereço fixo e uma certa estrutura. Ainda assim, nós é que tínhamos que ir até os associados. (OLIVEIRA 2002:108)

A centralização administrativa do sindicato no escritório do contador serviu como ponto de partida para campanhas de filiação, que aproveitaram o crescimento das escolas particulares durante o regime militar, principalmente entre 1970 e 1974.

Samuel de Souza, ex-presidente do sindicato, garantiu que o objetivo da sua gestão era mostrar a importância do sindicato para a escola particular. O empresário afirmou que o sindicato deveria ter uma atuação mais incisiva na defesa dos interesses das escolas particulares,

(...) marcar sua presença nas lutas nacionais em prol do ensino privado, o que desde o início foi uma marca do sindicato, que sempre ofereceu lideranças importantes com os professores Plínio Leite Carlos Alberto Werneck, sem contar a nossa atuação junto aos conselhos e outros órgãos de educação. (OLIVEIRA 2002:108-109)

Durante a presidência de Gerardo Parente Soares, entre os anos de 1974 e 1977, o número de filiados chegou a cerca de quinhentos em todo o estado, pois mesmo com a fusão com a Guanabara, a cidade do Rio continuou a sediar um sindicato próprio. Somente em 1978, as atividades sindicais passaram a ser registradas de forma mais clara no livro de atas. Neste ano o SINEPE fundiu-se com o Sindicato das Escolas Comerciais do antigo Estado da Guanabara. A discussão em evidência foi a proposta de estender a abrangência de atuação do sindicato ao ensino superior.

Em 1978, na cidade de Niterói, foi organizado o 1.º Congresso Fluminense dos Estabelecimentos Particulares organizado pelo SINEPE/RJ que reuniu personalidades da ditadura em evidência como o deputado Célio Borja, representando o General

Figueiredo; o general Jorge Sá Freire, comandante da 2.ª Brigada Niterói-São Gonçalo; Geraldo Sebastião Cardoso, reitor da UFF, o senador Nelson Carneiro, o deputado Álvaro Valle, Coronel Ulisses de Albuquerque, representando o Ministro do Trabalho e o Roberto de Paiva Dornas, presidente da FENEM, entre outras autoridades municipais e representantes de entidades sindicais de patrões.

Em 1978, no 16.º Congresso Nacional dos Estabelecimentos Particulares de Ensino, realizado em Brasília, Roberto Dornas, da FENEM defendeu abertamente o elitismo da escola particular.

Neste contexto, o dirigente patronal justifica que a escola particular é elitista, pois não se preocupa com os números e com os dados estatísticos que engrossam as colunas de promovidos e formados, mas com a qualidade do ensino que ministra, “é elitista quando vê no aluno um ser humano e se volta para a sua formação. É elitista ainda quando entende ser preciso respeitar a individualidade de cada um [...] Se defender a oportunidade de opção for elitismo, e se isto for um mal, desse mal quer morrer o Ensino de Livre Iniciativa.” (OLIVEIRA 2002:115).

Dornas critica a priorização de investimentos públicos em 2.º e 3.º graus, o tabelamento das anuidades escolares e o valor irrisório das bolsas de estudo. O presidente defendeu que os órgãos federais devessem fornecer verbas suplementares para as instituições de ensino para resolver o problema dos baixos salários no magistério,

Enquanto há incentivos para a pesca, reflorestamento, turismo, hotéis, indústrias e tantas outras atividades, a educação não os tem, os Estabelecimentos Particulares de Ensino vêm crescer seus encargos sociais e são transformados pelas prefeituras municipais em fontes de arrecadação de impostos sobre serviços. (OLIVEIRA 2002:115)

No discurso de abertura do 16.º CONEPE, o ministro Euro Brandão, substituto de Ney Braga na pasta de Educação, indicou que o MEC trabalhava a serviço da escola particular dando atenção as suas necessidades. O ministro informou que as universidades privadas haviam sido incluídas no programa nacional de formação de professores, que contava com recursos do Banco Mundial e de um convênio logístico com a fundação Getúlio Vargas.

Euro Brandão demonstrou que estava afinado com uma das principais reivindicações dos donos de escolas: “Eu mesmo, pessoalmente, me empenhei muito,

frente a uma atitude antigamente freqüente e erradíssima de construir escola pública exatamente ao lado de um particular que esteja funcionando bem”. (OLIVEIRA, 2002: 117)

O sindicato patronal do Rio de Janeiro ampliou os esforços para obter incentivos fiscais do governo para as escolas particulares, pois identificou vários problemas para a manutenção das instituições, relacionados ao quadro de deterioração da situação econômica do país. Assim, “a crise provocou um aumento na evasão escolar que se [propagou] mês a mês, tornando inconsistente o planejamento das escolas”. (FERREIRA; OLIVEIRA, 1999: 49-50)

Entretanto, a imagem da escola de livre iniciativa se encontrava manchada pelos protestos que identificavam na sua atividade uma das razões do empobrecimento dos setores médios. Os empresários procuravam se conscientizar do problema e passaram a agir para reverter este processo, atuando junto a opinião pública e as suas bases sindicais. O presidente Newton Santiago do SINEPE/RJ afirmou em assembléia que a falta de recursos financeiros colocava o sindicato em dificuldades de cumprir seus objetivos, “dentre eles, desencadear uma campanha de combate às notícias inverídicas divulgadas pela imprensa para que a imagem da escola particular não [ficasse] deformada”. (FERREIRA; OLIVEIRA, 1999: 50)

Contudo os empresários encontravam-se mobilizados e através de pressão junto às autoridades educacionais foi conseguido que os bolsistas que se evadissem fossem substituídos com o saldo da verba, reaproveitada em novas inscrições.

No cenário de efervescência política diante da luta pelo fim da ditadura, os donos de escolas foram confrontados, de um lado pelas lutas contra os aumentos das mensalidades e, de outro, pelos movimentos dos professores, que em 1979, deflagraram um forte movimento grevista. (FERREIRA; OLIVEIRA, 1999: 50-51)

Ney Suassuna, na época da diretoria do SINEPE e que posteriormente foi eleito senador, propôs que diante do quadro de agravamento das dificuldades financeiras da escola de livre iniciativa “[...] a solução para os problemas [consistia] em subvenção governamental para atender às reivindicações salariais dos professores e isenção fiscal para aliviar o peso das escolas particulares.” (FERREIRA; OLIVEIRA, 1999: 51)

Diante da reivindicação de reajustes salariais dos professores, as escolas procuraram resolver a questão repassando o aumento de custos para as anuidades. Os

professores protestavam contra os baixos salários e responsabilizavam os patrões pela super-exploração do trabalho. Paulo César Gomes, da diretoria do SINEPE, relatou que em uma reunião no final do ano de 1979 no Sindicato dos Professores, inclusive com a presença do Prof. Darcy Ribeiro, “a escola particular foi massacrada, e que embora sendo ele o único elemento ligado à iniciativa privada, pôde rebater as críticas e fazer a defesa da Escola Particular”. (FERREIRA; OLIVEIRA, 1999: 51-52)

Na ocasião do 17.º CONEPE, realizado em 1980, na cidade de Fortaleza, Roberto Dornas rejeitou o controle das anuidades escolares pelo governo, associando a necessidade de tabelamento dos valores das anuidades ao totalitarismo:

Proclamamos o retorno de um estado democrático e de direito (...) Todavia, cada vez mais, tudo é feito para que se instale o reinado do ensino único oficial, porta aberta para o totalitarismo e para a condução coletiva da vontade, com atitudes e omissões que marginalizam e até mesmo hostilizam claramente o ensino de livre iniciativa, levando-o quase ao desespero causado por sucessivas medidas que lhe retiram o próprio ar que respira, os recursos mínimos para a sobrevivência, ora através de tabelamentos irreais, em valores muito abaixo do custo-aluno, ora através de apontá-lo como fator responsável pelo processo inflacionário, com ameaças de submetê-lo a fiscalização policialesca e indigna, em manobra para incompatibilizá-lo com as famílias, e desviar a atenção pública de problemas nacionais (...). (OLIVEIRA 2002:115).

Os argumentos que os empresários organizados na FENEM lançavam em direção à opinião pública se caracterizavam pela idéia da educação como investimento, que se constituía como mecanismo de garantia de renda futura para o consumo de outros bens e no padrão de qualidade. Este discurso esteve associado à prática de buscar incentivos fiscais e subsídios governamentais como contraposição ao tabelamento das mensalidades.

Nos anos de 1980 houve uma mudança substancial na representação política da escola particular. O grupo católico deixou de ter a hegemonia no movimento privatista na educação, além da redução relativa do número de escolas confessionais no universo das escolas particulares, ascenderam novas lideranças oriundas de sindicatos patronais representadas na FENEM que passaram a comandar o movimento de escolas particulares. Neste período houve uma relativa fragmentação da representação do ensino privado, as escolas confessionais passaram a se reunir em torno da Associação de

Educação Católica do Brasil e a Campanha Nacional das Escolas Comunitárias CNEC, outras escolas se reuniram em torno dos sindicatos e da FENEM.

O CNEC foi um movimento criado em 1943, no Recife, inspirado nos escritos do político peruano Haya de la Torre. Este grupo empreendeu a Campanha do Ginásio Pobre, que resultou na instalação do Ginásio Castro Alves no Sindicato dos Contabilistas. O movimento passou receber apoio da iniciativa privada e dos governos e se instalou durante a ditadura militar em todos os estados da federação. Segundo Luís Antonio da Cunha, o crescimento do CNEC resultou de uma composição do seu comando composto por parlamentares, empresários, militares e religiosos que estabeleceram trocas políticas com outras instituições recebendo recursos materiais e apoio político, “em 1989, a rede chegou a 1126 escolas situadas em 885 municípios, atendendo a 457 mil estudantes, da creche ao ensino superior.” (OLIVEIRA 2002:122).

O padre Agustín Castejón da AEC participou da apresentação do Congresso Educacional de Curitiba (PR), em maio de 1981, ocasião em que procurou demonstrar independência da escola católica no interior do campo privatista:

A luta da escola católica significativa e forte não pode ser identificada com uma simples defesa da aplicação de capital nas áreas de educação como fonte de lucros ou como uma visão meramente empresarial da escola. (...) A escola católica, na busca de sua sobrevivência, não pode transformar-se numa espécie de testa-de-ferro do empresariado que investe em educação particular. (GÓES, 1989:42)

Em 1981, durante a segunda gestão de Newton Santiago, o tema que mobilizou o SINEPE foi o salário-educação. Esse instrumento garantiu um fluxo regular de recursos para a sua manutenção das escolas particulares. O deputado federal Simão Sessim atuou como preposto dos interesses dos empresários de ensino. Através da sua iniciativa o sindicato obteve uma audiência com o Ministro da Educação. O general Ludwig se demonstrou muito sensibilizado com o movimento da escola particular. Sessim compareceu em audiência com ao presidente da República, gal. Figueiredo, para defender os interesses da escola particular e “[...] para denunciar o tratamento hostil que estava sendo dispensado à Federação de escolas particulares”. (FERREIRA; OLIVEIRA, 1999: 52)

A Lei n.º 7044/1982 que extinguiu a profissionalização compulsória estava de acordo com as reivindicações dos donos de escolas. Em outubro de 1982, “as

modificações realizadas pelo governo na Lei n.º 5692/1971 foram saudadas pelo SINEPE, pois davam maior liberdade às escolas, não havendo mais registro de diplomas e havendo mais liberdades nos planos curriculares.” (Idem)

Durante a gestão de Helter Barcelos a frente do SINEPE/RJ houve uma intensa campanha de sindicalização. Segundo Aurenildo Brito, então diretor do SINEPE/RJ, este período “foi um tempo de muita mobilização, em que o sindicato pôde se reestruturar. Aumentamos o número de filiados, promovemos vários eventos e conseguimos os primeiros recursos para a compra da sonhada sede própria, (...)” (OLIVEIRA 2002:125). Durante a gestão de Carlos Roberto Lages (19/12/1980 a 18/12/1983), o trabalho se ampliou em direção à criação de novas delegacias no interior do Estado do Rio de Janeiro. Aurenildo Brito afirmou que para incentivar a filiação,

(...) mostrávamos, a importância do sindicato para evitar o desgaste da escola particular, que, (...), ocorre pela incapacidade do setor público em oferecer um ensino de qualidade. Esta incapacidade cria uma demanda excessiva pelo papel do ensino privado, que passa a ser cobrado pelo que o Estado não faz. (OLIVEIRA 2002:126).

Como resultado de sua organização os donos de escola fortaleceram a sua representação sindical. Durante a gestão de Wanderley Costa de 19/12/1983 a 9/4/85, o SINEPE/RJ inaugurou a sede própria através da aquisição de um imóvel na Rua XV de novembro em Niterói, consolidando a sua estrutura administrativa.

A expansão do ensino superior privado exigiu mudanças na representação dos donos de escolas. Os sindicatos de estabelecimentos de ensino de 1.º e 2.º graus também abrangiam as instituições de ensino superior. Para encaminhar suas questões específicas, os dirigentes de estabelecimentos de ensino superior formaram a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior (ABMES), no dia 30 de agosto de 1982, no Distrito Federal, como uma entidade de direito privado, com personalidade jurídica própria e duração indeterminada. A entidade assumiu desde o início a tarefa de atuar na política educacional e sobre a sua legislação moldando-a de acordo com os interesses de seus associados e entidades mantenedoras. Deste modo, segundo o pensamento das instituições privadas de ensino superior, o mérito da ABMES reside na medida em que ela “elabora estudos visando a subsidiar a revogação e edição de normas legais, referentes ao ensino superior, de forma a adequá-las à realidade das instituições de ensino superior brasileiras”. (ABMES, 2009)

A entidade desempenhou papel fundamental nos anos posteriores, principalmente na Constituinte, quando se apoiou nos princípios da filantropia para garantir direitos e benefícios às instituições superiores de ensino privado, de caráter confessional ou comunitário.

Fontes e bibliografia

ESTADO DE SÃO PAULO, 17 de julho de 1971.

FERREIRA, Marco Antônio Costa e OLIVEIRA, Newton. *Os Guardiões de Minerva*. Rio de Janeiro: SINEPE/MRJ, 1999.

FOLHA DE SÃO PAULO, 2 de julho de 1971.

GÓES, Moacyr de - Escola pública: história e católicos. CUNHA, Luís Antonio (coord.). *Escola particular e a democratização do ensino*. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1989.

OLIVEIRA, Marcos Marques de Oliveira. *Os empresários da educação e o sindicalismo patronal: o sindicato e dos estabelecimentos de ensino no Estado do Rio de Janeiro (1944-1990)*. Bragança Paulista: EDUSF, 2002.

Portais e sítios eletrônicos

http://www.abmes.org.br/sobre_abmes/20anos/apresentacao.htm. Acessado em 29/11/2009.

<http://www.estacio.br/prerenovacao/sobreaestacio.asp> Acessados em 20 de janeiro de 2009.

<http://www.estacioparticipacoes.com/> Acessado em 20 de janeiro de 2009.

<http://www.objetivo.br/colegio/historia.asp?s=some>. Acessado em 3 de fevereiro de 2010.